

## Dia-a-dia

---

01.02

### **Professores defendem que exames do 12º não deviam servir para entrar no superior**

Os exames nacionais do 12º ano deviam ter como função única a conclusão do ensino secundário, em vez de servir como provas de ingresso no superior. A ideia foi defendida num encontro organizado pela federação nacional de Professores, em Lisboa, cujo tema era a reforma do secundário

04.02

### **Portugal é um dos países onde tirar um curso superior traz mais benefícios**

Estudar para além da escolaridade obrigatória e, sobretudo, tirar um curso superior é em Portugal um investimento que traz elevados ganhos pessoais. Mais do que em muitos países da OCDE, como a Itália, Alemanha, Suécia, Holanda, Reino Unido ou Estados Unidos. A conclusão resulta da análise da chamada taxa de retorno privada resultante da educação e consta do último relatório económico da OCDE sobre Portugal.

05.02

### **Secundário pode vir a perder 80 mil alunos em cinco anos**

O Governo admite que o ensino secundário pode vir a perder 80 mil alunos nos próximos cinco anos, por razões de ordem demográfica ligadas à redução da taxa de natalidade. A previsão foi avançada, em Braga, pelo ministro da Educação, David Justino, no encerramento do Encontro Nacional de Professores 2003.

07.02

### **Falta educação especial**

Os professores do ensino especial só vão às escolas duas horas por semana e o acompanhamento dos alunos com dificuldades e deficiências tem sido feito pelos professores do ensino regular que, na maioria dos casos, não têm formação específica para o efeito. Estas crianças estão integradas em turmas normais, regra geral, com 22 alunos (1º ciclo do ensino básico). O retrato foi traçado por Carlos Chagas, presidente da Federação Nacional do Ensino e Investigação (FENEI), a propósito do novo diploma sobre o Enquadramento das Medidas e Recursos Especiais de Educação, que o Ministério da tutela está a preparar.

07.02

### **Associação de Pais contra projecto de revisão curricular**

A Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) critica o projecto de revisão curricular do ensino secundário. «O diploma não consegue responder aos objectivos enunciados de aumento de aprendizagem e de combate ao insucesso e abandono escolar, sendo preocupante a ausência de medidas para apoio a alunos com dificuldade», escreve-se no parecer assinado pelo conselho executivo da CONFAP.

15.02

### **Educação nacional no top das despesas com pessoal**

Portugal é o país da União Europeia que gasta maior fatia do orçamento da Educação com despesas de pessoal. Segundo o estudo da Eurydice, «Os Números Chave da Educação Europeia», Portugal gastou 84,2% da despesa pública da Educação para fazer face aos encargos salariais do pessoal. Um número só comparável com o obtido pela Letónia, que absorveu com os trabalhadores da educação 85,5% do seu orçamento para o sector.

18.02

### **Minho só tem dinheiro para dez meses**

O orçamento da Universidade do Minho (UM) apenas permite o funcionamento da instituição durante 10 meses, mesmo com a introdução de medidas de contenção de despesas, afirmou em Braga o reitor da UM, António

Guimarães Rodrigues. "Acreditámos nas garantias dadas pelo primeiro-ministro de que o Governo não deixará nenhuma universidade sem verba", acrescentou o responsável, sublinhando que a UM não tem por regra de gestão "andar a bater às portas?".

18.02

### **Insucesso no ensino secundário tem aumentado "dramaticamente"**

Os níveis de insucesso e abandono no ensino secundário "têm aumentado dramaticamente", as escolas registam margens elevadas de "ineficiência" e apenas 24 por cento dos alunos matriculados nos cursos tecnológicos recebem o diploma no tempo previsto. É preciso uma "reformulação profunda", conclui um estudo encomendado pela Sedes e coordenado pelo ex-secretário de Estado Joaquim Azevedo. A tutela é acusada de há muito ter conhecimento dos problemas e de ter caído numa "inacção" que nalguns casos gerou "uma degradação inevitável".

20.02

### **DREC acusada de agir ilegalmente**

O Sindicato dos Professores da Região Centro acusou a Direcção Regional de Educação do Centro de estar a praticar actos não previstos na lei. Mário Nogueira, representante do sindicato, afirma que o "agrupamento de escolas geridos por um gestor e não por um competente na área pedagógica como um professor é ilegal. Além de que os órgãos de gestão das escolas têm de ser ouvidos e nada disto está a ser feito".

21.02

### **Cursos sem procura não recebem vagas**

Os cursos que não têm procura por parte dos alunos vão ser penalizados já no próximo ano lectivo. Nos planos do Ministério da Ciência e do Ensino Superior está a atribuição de zero vagas a licenciaturas e bacharelatos que, em anos consecutivos, preencheram uma percentagem mínima dos lugares de que dispunham.

22.02

### **Alunos carenciados com sistema de empréstimos**

Os alunos do ensino superior com poucos recursos financeiros poderão vir a usufruir de um sistema de empréstimos, independentemente do curso ou instituição que frequentem. A medida, que consta na actual Lei de Financiamento do Ensino Superior Público mas que nunca foi regulamentada, poderá vir a ser recuperada no âmbito das alterações à lei que a tutela se prepara para aprovarem Abril.

10.02

### **Metade dos alunos chumba 12.º ano**

Quase cinquenta por cento dos alunos que em 1999/2000 estavam matriculados nos cursos gerais do ensino secundário reprovaram o ano. Ou seja, de um universo de pouco mais de 84 mil alunos, só 44 mil (48%) concluíram com êxito aquele grau de ensino. Nos cursos tecnológicos, o panorama foi ainda pior, com 51,7% de chumbos. De acordo com as estatísticas do Ministério da Educação (disponíveis no site do Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva), o insucesso escolar dos alunos que optam por um curso geral tem vindo a piorar, afastando-se cada vez mais da fasquia dos 60% de taxa de conclusão verificada, por exemplo, em 1995/96 ou 1996/97.

12.02

### **Engenharias sem reconhecimento**

Em 300 cursos de engenharia existentes no ensino superior, apenas 90 (30 por cento) são acreditados pela Ordem dos Engenheiros. Os restantes não cumprem os critérios exigidos ou pura e simplesmente não solicitaram a acreditação. Entre os que estão reconhecidos, nenhum pertence ao ensino superior privado e apenas seis integram o ensino politécnico.

13.02

### **Novo reitor recusa aumento das propinas**

O novo reitor da Universidade de Coimbra (UC), Seabra Santos, recusou um eventual aumento das propinas, considerando que poderia prejudicar os índices de formação média da população activa. "Sabendo que da actual Lei de Financiamento pouco se cumpriu para além da cobrança das propinas, considero errado que se proponha o seu aumento", argumentou ao ser investido no cargo.

14.02

### **Docentes portugueses afinal não são os ?mais bem pagos da Europa**

Os sindicatos dos professores contestam a comparação feita na comunicação social e feita com base no último relatório publicado pela rede estatística europeia "Eurydice", considerando os docentes portugueses "os mais bem pagos da Europa». (...) As duas federações dos professores - Federação Nacional dos Sindicatos de Educação e Federação Nacional de Professores tiveram, praticamente, a mesma reacção: "Estes dados apenas indicam que Portugal tem um PIB 'per capita' baixo, cerca de 12 mil euros."

14.02

#### **Conselho Nacional de Educação não entende alcance da lei**

O Conselho Nacional de Educação diz não entender o alcance da revisão curricular do ensino secundário proposta pelo Governo "quando está prevista para breve uma alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo". Num parecer, o Conselho Nacional de Educação faz uma análise crítica da proposta do governo para o ensino secundário.

15.02

#### **Protecção ao desemprego esquece professores**

Os professores do ensino superior público não vão ser abrangidos pelo plano de apoio aos desempregados aprovado esta semana em Conselho de Ministros, porque "pura e simplesmente não têm direito ao subsídio de desemprego". A acusação é feita pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNEsup), que há vários anos reivindica o acesso a um direito que já é usufruído desde 1999 pelos docentes dos restantes graus de ensino.